



para os devidos fins.

Em

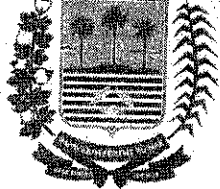
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

23
Marcella Lima
Settaria Legislativa - CCU

para relatar.

Em 18/10/23

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Hélio Isaías

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PROJETO DE LEI 250/23 ENCAMINHADO ATRAVÉS DE PROPOSIÇÃO DA
DEPUTADA ELISÂNGELA MOURA**

EMENTA: Concede folga remunerada no dia do aniversário para servidores públicos no estado do Piauí e outras providencias.

RELATOR: Deputado **HÉLIO ISAÍAS**

1 – RELATÓRIO:

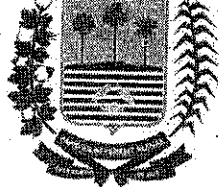
Trata-se de Mensagem de autoria do Deputado Hélio Rodrigues que “Concede folga remunerada no dia do aniversário para servidores públicos no estado do Piauí e outras providencias”.

A Excelentíssima Senhora Deputada Estadual proponente da presente medida justifica que “o aniversário é uma data especial e significativamente para qualquer indivíduo, representando um momento de celebração, reflexão e convívio social. Reconhecendo a importância do bem-estar e da valorização dos servidores públicos. E diz que a presente proposta visa assegurar um tratamento justo e equitativo, proporcionando-lhes a oportunidade de desfrutar do seu dia a dia de forma plena, ao lado de seus queridos entes, sem prejudicar as suas remunerações.

Assim requer o apoio dos colegas para a aprovação da presente lei.

É o relatório.

2 – VOTO DO RELATOR:



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Hélio Isaías

Sendo assim, nos termos dos art. 34 inciso I, 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa, passo a emitir parecer.

A constitucionalidade de uma proposição legislativa deve ser avaliada à luz de dois aspectos essenciais: 1 – o aspecto formal, que envolve o respeito as normas do processo legislativo, sobretudo, regras a cerca da competência e da iniciativa para elaboração de leis; 2- e o aspecto material, que refere-se a compatibilidade do conteúdo da proposta de lei com o texto constitucional.

Quanto ao aspecto formal, verifica-se que pretende criar novo direito aos servidores públicos municipais, consistente em descanso remunerado na data de seu respectivo aniversário. Tal medida, todavia, caracteriza inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. A matéria invade de modo indevido a chamada reserva de administração, constante no art. 61, § 1º, da CF, substância central do princípio da separação de poderes inscrito no art. 2º da CF, ao dispor a respeito de direito estatutário dos servidores públicos, competindo exclusivamente ao Chefe do Executivo iniciar o processo legislativo.

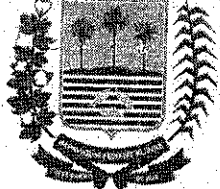
Destaque-se, que da forma como se encontra o Projeto de Lei nº 250/2023, ora em análise, vai de encontro, ainda, ao disposto no art.102, inciso VI da Constituição do Estado do Piauí.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer a importância do conteúdo do projeto de Lei ora apresentado, que representa uma verdadeira forma de valorização do servidor público Estadual, proporcionando-lhe oportunidade de descanso, lazer, convívio familiar e realização de atividades que contribuam para o bem-estar físico e emocional.

Assim, manifesto-me pela aprovação dessa proposição, convertendo-a em indicativo de Lei em razão de tratar de matéria cuja iniciativa compete exclusivamente ao governador.

3 – PARECER DA COMISSÃO:

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.



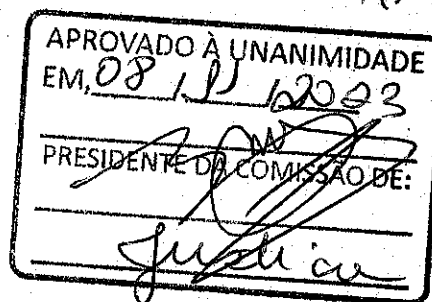
ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa
Gabinete Deputado Hélio Isaías

Em discussão, em votação:

- a) Pela Aprovação
- b) Pela rejeição
- c) Conversão em indicativo de Lei

Sala das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, de outubro de 2023.

Deputado **HELIO ISAIAS**
Relator



*transformado
em
Indicativo*

HL